

CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Renan Rosso Bicca ¹

Maria de Fatima Schimidt Barbosa ²

Maria Elaine dos Santos Leon ³

Ariadne Costa Leal ⁴

Magali Nocchi Collares Gonçalves ⁵

José Leonardo de Souza Castilho ⁶

Resumo:

A Universidade da Região da Campanha, URCAMP, em convênio com a Prefeitura Municipal de Candiota e apoio técnico e financeiro da UTE Pampa Sul, constituiu um grupo de estudos formados por profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento, tendo como atribuição elaborar o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Candiota; objeto do convênio. O Plano Diretor Participativo, segundo o disposto na Constituição Federal nos Art. 182 e 183 e regulamentados pela Lei Federal 10.257/2001, (Estatuto da Cidade) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, parte integrante de um processo de planejamento municipal que visa promover o pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O município de Candiota, localizado na região da Campanha Gaúcha, objetiva junto à Universidade da região da Campanha e comunidade local elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município (PDDUA). O projeto de elaboração teve início em maio de 2016, com previsão de término em junho de 2017. A equipe formada por dezesseis (16) docentes, um (01) ex-aluno, egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da URCAMP e seis (06) discentes dos seguintes cursos de graduação: Administração, Agronomia, Arquitetura, Direito, Ecologia, Geologia, Sistemas de Informação e com o apoio de técnicos da prefeitura, completam o grupo responsável pela concretização do Plano Diretor do município. O Plano Diretor firma um pacto social com a participação efetiva de todos os cidadãos, busca conhecer a realidade em que vivem, para reduzir desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. Candiota que é um município de grandes reservas carboníferas, conta com empresas a exemplo da Termoeletrica Pampa Sul, para seu desenvolvimento, devendo, portanto, prever no seu Plano Diretor, além de dispositivos normativos adequados e dos instrumentos da política urbana, um sistema que estabeleça uma estrutura de articulação entre as instâncias governamentais e participativas de planejamento.

Palavras-chave: Candiota, Plano Diretor, Patrimônio

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

¹ Aluno de graduação. renanrossob@gmail.com. Autor principal

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, CCEA - URCAMP, Campus Bagé/RS. mariabarbosa@urcamp.edu.br. Apresentador

³ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, CCEA - URCAMP, Campus Bagé/RS. marialeon@urcamp.edu.br. Co-autor

⁴ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo - CCEA, URCAMP - Campus Bagé/RS. ariadneleal100221@sou.urcamp.edu.br. Co-autor

⁵ Docente. magaligoncalves@urcamp.edu.br. Orientador

⁶ Mestre em Geomática, Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo - CCEA, URCAMP - Campus Bagé/RS. leonardocastilho@urcamp.edu.br. Co-orientador

CANDIOTA E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

1. INTRODUÇÃO

A Universidade da Região da Campanha, URCAMP, em convênio com a Prefeitura Municipal de Candiota e apoio técnico e financeiro da UTE Pampa Sul, constituiu um grupo de estudos formados por profissionais e alunos de diferentes áreas do conhecimento, tendo como atribuição elaborar o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Candiota; objeto do convênio.

O Plano Diretor Participativo, segundo o disposto na Constituição Federal nos Art. 182 e 183 e regulamentados pela Lei Federal 10.257/2001, (Estatuto da Cidade) é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, parte integrante de um processo de planejamento municipal que visa promover o pleno cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O município de Candiota, localizado na região da Campanha Gaúcha, objetiva junto à Universidade da região da Campanha e comunidade local elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município (PDDUA).

O projeto de elaboração teve início em maio de 2016, com previsão de término em junho de 2017. A equipe formada por dezesseis (16) docentes, um (01) ex-aluno, egresso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da URCAMP e seis (06) discentes dos seguintes cursos de graduação: Administração, Agronomia, Arquitetura, Direito, Ecologia, Geologia, Sistemas de Informação e com o apoio de técnicos da prefeitura, completam o grupo responsável pela concretização do Plano Diretor do município.

O Plano Diretor firma um pacto social com a participação efetiva de todos os cidadãos, busca conhecer a realidade em que vivem, para reduzir desigualdades, prevenir a degradação ambiental, melhorar a qualidade de vida e buscar o pleno desenvolvimento sustentável de suas potencialidades. Candiota que é um município de grandes reservas carboníferas, conta com empresas a exemplo da Termoelétrica Pampa Sul, para seu desenvolvimento, devendo, portanto, prever no seu Plano Diretor, além de dispositivos normativos adequados e dos instrumentos da política urbana, um sistema que estabeleça uma estrutura de articulação entre as instâncias governamentais e participativas de planejamento.

2. METODOLOGIA

A metodologia do projeto propõe a colaboração recíproca entre o município de Candiota e a URCAMP, para a realização de estudos e pesquisas, seminários e publicações relacionadas com o objetivo geral de elaborar o plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município,

Para divulgação do processo de elaboração dos Planos Diretores e dos eventos participativos é possível lançar mão de meios e espaços verdadeiramente reconhecidos pela população em geral - escolas, postos de saúde, igrejas e associações comunitárias, por meio da distribuição de material, folhetos e cartazes, bem como a utilização de outros meios que estiverem ao alcance, nos locais onde serão realizadas as oficinas.

Para a realização deste processo as equipes foram divididas segundo os seguintes temas: Patrimônio, História e Cultura; Urbano, Infraestrutura, Serviços, Uso e Ocupação do Solo; Ambiental e Rural; Desenvolvimento Econômico, Social e Segurança; Jurídico, Planejamento e Gestão.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Anais do 10º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - SIEPE
Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 6 a 8 de novembro de 2018

A região de Candiota¹ localiza-se à Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, distando aproximadamente 402 km de Porto Alegre, pela BR 293 e BR 153, via rodoviária. Segundo Dal Molin (1994) a ocupação do atual Município de Candiota, se deu a partir de 1800, onde tudo começou com as estâncias e a atividade pecuária. Exemplificando, Dario Lassance provém da propriedade rural de Tomé do Monte, sucedido por Flaubiana Gimenes, assim como parcelamento da Estância de João Luiz d'Abreu, dá origem à "Vila" de Santa Rosa atual Bairro Seival.

Conforme Branco (2009) nessas terras foi proclamada a República no dia 11 de setembro de 1836, conhecido com a "Batalha de Seival", inclusive com marco alusivo na BR-293. Nesse combate, saíram vitoriosos os "farroupilhas" onde precede a instituição da "República Rio-grandense" em setembro do mesmo ano, sendo escolhido Piratini como capital por ser lugar estratégico na região. Já em 1844, outro combate no "Cerro da Palma" nas proximidades do Rio Negro em Candiota, o que sinaliza o envolvimento da região com as lutas farroupilhas, constituindo-se como parte da história do Estado.

Em agosto de 1867, o Decreto nº 3924 do Governo Imperial concede à Cunha Plant e Cia, o direito de construir uma estrada de ferro partindo da cidade do Rio Grande até o centro carbonífero de Candiota entre os rios Jaguarão e Camaquã (DAL MOLIN, 1994).

Em 1884, fato marcante para o desenvolvimento do povoado é o início da construção da ferrovia, denominada Linha Cacequi-Marítima, pela "Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited", sucessora de uma série de concessões anteriores. A primeira construção foi de Cacequi a São Gabriel, em meados de 1896 e de São Sebastião a Bagé, no final do mesmo ano, ambos pela E. F. Porto Alegre-Uruguaiana.

Em 1900, a união São Sebastião-São Gabriel completaria o trecho Bagé-Rio Grande. Os trens de passageiros partiam de Livramento em outra e linha, chegavam a Cacequi e dali até Bagé. De Bagé, através de baldeação chegava-se à Rio Grande (GIESBRECHT, 2000). Transportavam gado e charque para o porto do Rio Grande. Em Candiota, veem-se quatro estações, segundo Giesbrecht (2000) a estação Seival, Dario Lassance, Candiota e Bomba Candiota. A "Estação Santa Rosa" hoje Seival encontra-se em ruínas, entretanto foi responsável pela formação do povoado e permitiu o escoamento da produção agrícola e outros. O comércio local se desenvolveu a partir do transporte de mercadorias facilitado pela ferrovia.

Na mesma época, final do século XIX, em decorrência da implantação da estrada de ferro foi inaugurada a "Charqueada Santa Rosa", primeira no local alavancando a "vila" de mesmo nome, como uma das maiores exportadoras de charque, couro e lã das regiões com matérias primas fornecidas por fazendas em grandes extensões de terra da região. Porém, com a introdução dos sistemas de refrigeração da carne, as charqueadas vão sendo extintas. Igualmente em 1926 há uma explosão na caldeira da charqueada, ao que se soma a decadência do Banco Pelotense, que tinha sede em Pelotas com a filial em "Santa Rosa" e atendia a pecuaristas e charqueadores no início do século.

Por outro lado, a partir da já conhecida vocação para o cultivo de uva na região, o clima de Seival, a paisagem e os campos contribuem para a decisão de João Marimon, em sua chegada à América Latina para fundar, em 1888 a "Vinícola Marimon", localizada na Granja

¹ De acordo com pesquisadores orais, alguns gregos originários da ilha de Cândia (hoje ilha de Creta), conhecidos como candiotos, teriam vindo da Argentina no século XVIII, fixando-se às margens de um arroio, ao qual posteriormente dariam o nome de Candiota, vindo daí a origem do nome da cidade. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Candiota>

Seival, propriedade de J. Marimon & Filhos, a qual se mantém em funcionamento por mais de 70 anos.

Após a primeira Guerra Mundial em 1917 é instalada em Candiota a primeira empresa dedicada à mineração, quando chega à Dario Lassance um técnico inglês, com o sobrenome Appleby, na intenção da exploração de uma jazida de carvão, em local próximo ao local das atuais ruínas da antiga "casa de pedra".

O Decreto nº 24.693 de 28 de março de 1948 o DACM autoriza a pesquisa e no ano seguinte foi projetada a Mina de Candiota I, assim como a Usina Termelétrica Candiota I. Com o encerramento da mineração em Hulha Negra em 1952 o DACM então passa a atuar apenas na "Mina do Leão", na localidade de Candiota. Com a finalidade de abastecer a usina intensifica a produção, sendo que em 1969 transforma-se na Companhia Rio-grandense de Mineração - CRM.

A usina de Candiota I pertencente à atual CEEE, projetada no governo de Eurico Gaspar Dutra, tem obra iniciada em 1953, através de consórcio das firmas Alston, Stein, Roubax, da França. Com interrupções que resultam em inauguração somente em dezembro de 1961, pelo então presidente da República, João Goulart. Com a desativação da "Usina Velha"², em 1973 em 1974 é inaugurada Candiota II - Usina Termelétrica Presidente Médici da CEEE com as fases A e B.

Ainda em 1975, fazem-se estudos para implantação da Usina Termelétrica Candiota III, realizada a partir de acordo binacional com o Citic Group, mantida pela Eletrobrás/Companhia de Geração Térmica e Energia Elétrica (CGTEE). Construída mais recentemente e concluída em 2011 configura atualmente a operação das três fases A e B e C. Atualmente a localidade de Seival, readquire forte impulso em função das próprias características do solo vinculadas principalmente à existência de carvão mineral, como a implantação de empresas do setor vinícola e sementes. Podem-se citar empresas como Miolo, SSM Mineradora, Isla Sementes e principalmente a Usina Termoelétrica Pampa Sul da Tractebel (atual ENGIE) - implantada em 2015, com investimento que deve representar um novo ciclo de desenvolvimento para a região de Seival. Candiota é a Capital Nacional do Carvão e são muitas as perspectivas acerca de projetos que utilizam o "ouro negro".

As demais atividades comerciais e industriais ligadas à produção agropastoril, fruticultura e especialmente à vitivinicultura "espalham-se", indistintamente pelo município. Configuradas desde 1992 como integrantes do Município de Candiota, situam-se na atualidade como dois focos de caráter industrial, ligados à extração de carvão mineral e à produção de energia, próximos ao atual "Bairro de Seival" e à atual Sede do Município. Em torno do desenvolvimento e criação de atividades industriais e comerciais do município, visualiza-se sensível desvinculação com Bagé "município mãe" e ampliam-se núcleos residenciais e de serviços como Dario Lassance, João Emílio, Vila Residencial, Vila Operária e Seival, entre outros, os quais estabelecem a característica polinuclear da localidade.

Conclui-se que o atual município se desenvolve a partir da trajetória histórica de formação das localidades de Seival e de Candiota. Define-se envolvimento a acontecimentos que desencadeiam ocupações, desocupações, trocas, relações comerciais e industriais, entre períodos áureos e decadentes. O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

² Em 2011 é inaugurado o Centro Cultural Candiota, única iniciativa do município de restauro de seu patrimônio histórico efetivada, iniciativa da CGTE em convênio com a Prefeitura Municipal de Candiota, como resultado de PAC.

Ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticas, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A “Linha do Tempo de Candiota” é um indicador de fatos relevantes na história do município, promovendo a reflexão sobre a memória e patrimônio cultural. Desta forma, criou-se um eixo cronológico baseado nas investigações, pesquisas, fatos históricos e bibliografias encontradas nesta região (Figura 1).

Figura 1. Linha do Tempo de Candiota

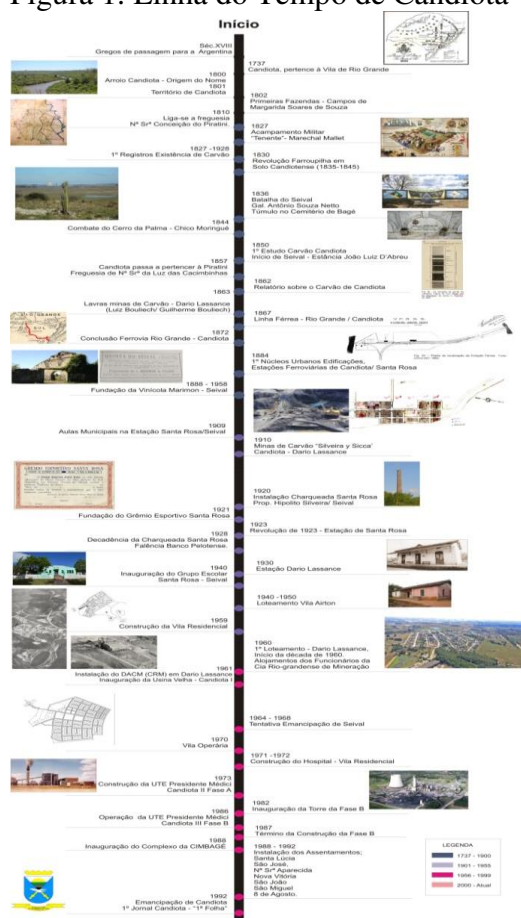
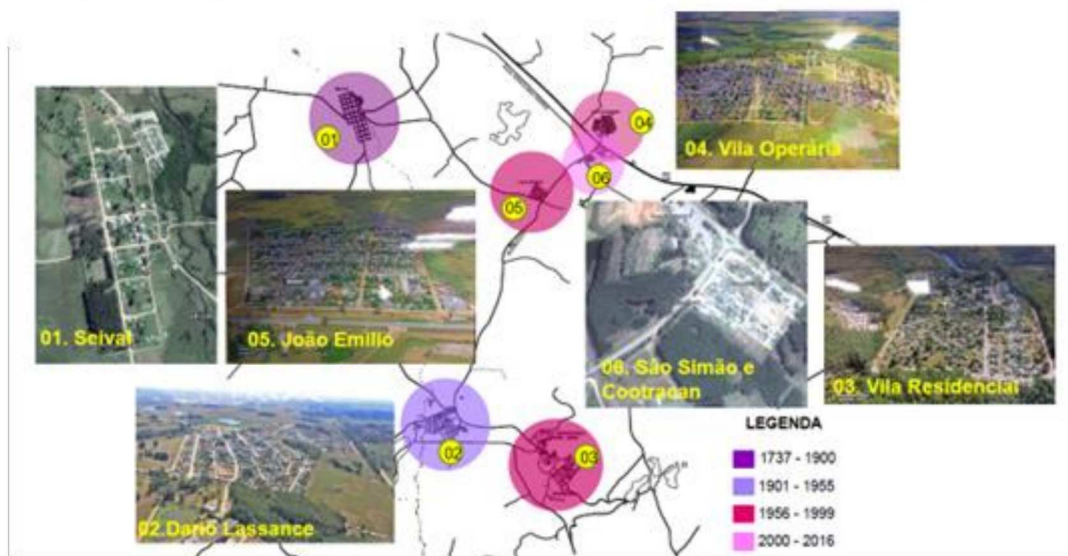


Figura 2. Mapa dos núcleos urbanos do Município, imagens do Google



Fonte: NEDUA (2017)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, mesmo com características de ocupação urbana nuclear, identifica-se de forma esparsa os bens materiais que configuram a imagem urbana do Município como um todo, bens que contribuem na conscientização do cidadão candiotense para a importância da preservação desse patrimônio, seja de relevância histórica, cultural e/ ou arquitetônica, constituído ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, Suelen Cantelli; DA SILVA, Gabriel Borges. **Relatório sobre o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Candiota – RS**. Chapecó -SC. 2009.
- DAL MOLIN. Naiara. **Candiota, Origem e História**. Tchê Editora de Livros. 1994.
- GIESBRECHT, Ralp Mannuci. **Estações Ferroviárias da Brasil**. Porto Alegre. Editora Sulina. 2000.